



**CONFLITOS HISTÓRICOS  
ENTRE O OCIDENTE  
E O ORIENTE MÉDIO: O  
CRISTIANISMO E A GUERRA**

*HISTORICAL CONFLICTS BETWEEN  
THE WEST AND THE MIDDLE EAST:  
CHRISTIANITY AND WAR*

***Elton Roney da Silva Carvalho***<sup>77</sup>

---

*77 Mestre em Ciências das Religiões no PPGCR-UFPB. Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - CE (2009). Curso Livre em Teologia pelo Seminário Anglicano Teológico da Paraíba (SAT-PB). Professor de História da Educação Básica na Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Professor da Faculdade Internacional Cidade Viva.*

### **ABSTRACT**

Os conflitos históricos envolvendo o ocidente e o oriente médio estão centralizados dentro de um contexto religioso. Apesar dos fatores sociais, políticos e culturais envolvidos, o destaque da religião na promoção do evento é evidente. Deste modo, objetiva-se definir conceitos fundamentais inseridos nas duas grandes religiões mundiais para facilitar o entendimento do motivo gerador de conflitos. Além da análise dos principais conflitos que se desenvolveram na história. O levantamento de algumas fontes que analisam atualmente os conceitos fez parte do trabalho, promovendo uma construção inicial sobre os processos que desencadearam estes conflitos. O foco final do trabalho em analisar como o cristianismo concebe a relação de sua cosmogonia com a guerra, analisando conceitos inseridos na guerra justa.

### **PALAVRAS-CHAVE**

*Conflitos. Religião. Política. Cristianismo.*

### **ABSTRACT**

Historical conflicts involving the West and the Middle East are centered within a religious context. Despite the social, political and cultural factors involved, the prominence of religion in promoting the event is evident. In this way, the objective is to define fundamental concepts inserted in the two great world religions to facilitate the understanding of the reason generated by conflicts. In addition to the analysis of the main conflicts that have developed in history. The survey of some sources that currently analyze the concepts was part of the work, promoting an initial construction on the processes that triggered these conflicts. The final focus of the work is to analyze how Christianity conceives the relationship of its cosmogony to war, analyzing concepts inserted in just war.

### **KEYWORDS**

*Conflicts. Religion. Politics. Christianity.*

## **1. A ORIGEM DO ISLAMISMO, A JIHAD E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Para compreendermos os desdobramentos dos conflitos entre o Ocidente e o Oriente Médio, com foco na religião muçumana, precisamos entender como o Islamismo se desenvolveu e o conceito de *Jihad*, ou, como chamamos comumente, a “guerra santa”. Essa abordagem é necessária, pois, os conflitos existentes e atuais entre estas duas sociedades não tem apenas origem em questões políticas, mas, carregam em si o fenômeno religioso.

## **2. FUNDAÇÃO DO ISLÃ**

O Islamismo tem como seu fundador Maomé - Muhammad. Ele era um comerciante estudioso, e como tal, viajava por diversos lugares na região conhecida como Oriente Médio. Órfão, se tornou um condutor de caravanas, se dedicando a grandes retiros espirituais, começando a ter visões acerca de realidades espirituais. Maomé era um forte defensor do monoteísmo, por isso, em suas primeiras pregações em Meca, criticava o comércio religioso e a adoração a vários deuses realizadas pelos religiosos da cidade. A religião islâmica surgiu no início do século VII, sofrendo forte influência do judaísmo e do cristianismo. Entretanto, o Islamismo também era um forte oponente ao judaísmo e ao cristianismo, tendo em vista que os seus fiéis defendem que o Islamismo é a revelação final de Alá, o único Deus. Esta nova religião pregada por Maomé, o Islã, significava total submissão à Alá.

Muhammad compartilhou suas primeiras revelações somente com sua esposa e com o primo dela. Apenas no ano de 612 D.C. o Profeta passou a transmitir publicamente os ensinamentos de *Allah*, os primeiros convertidos foram aqueles que viviam às margens da sociedade, sobretudo mulheres e pobres, conturbados com o quadro de desigualdade que enfrentavam. Ele não desejava criar uma nova religião, mas levar ao povo a crença monoteísta que por muito tempo havia sido substituída por

práticas e costumes pagãos. Os capítulos (*sura*) e os versos (*aya*) recitados de forma poética aos crentes compuseram o Alcorão que passou a ser o livro sagrado da religião. Seus mandamentos eram voltados para comportamento em sociedade, visando reorganizá-la de forma que o povo se tornasse menos egoísta. Todos jejuariam no mês do Ramadã para lhes remeter a situação em que os pobres se encontravam e a partir daí eles formariam a *ummah*, uma nova comunidade na qual toda riqueza deveria ser repartida igualmente (SANTOS, 2018, p. 4).

Entretanto, o Islamismo começou a ser perseguido diante da pregação de Maomé, especialmente no que diz respeito ao seu entendimento sobre o Juízo Final. O julgamento pela posição social e econômica não era bem visto por eles. Maomé pregava o monoteísmo, como dito, contra o politeísmo que muitos aceitavam em Meca.

Havia uma forte tensão em torno da perspectiva que Muhammad poderia assumir questões políticas e se tornar um líder no âmbito local, temiam também perder seus negócios, pois Meca recebia peregrinos de todas as regiões para cultuar seus ídolos na Caaba e essa nova crença que estava ganhando força poderia prejudicar a ida desses peregrinos (SANTOS, 2018, p. 4).

Assim, diante das ameaças iminentes, Maomé resolve deslocar-se para outra cidade. O destino é a cidade de Yathrib, uma cidade vizinha. Esta migração é conhecida como a *Hégira*<sup>78</sup>, e marca o início do calendário muçulmano.

O Islamismo só pode ser totalmente compreendido se inserido em seu contexto de criação. Desenvolvido na Arábia, como

---

<sup>78</sup> Também chamado de *Hijrad*: Nome dado ao processo de migração ou fuga do Profeta Muhammad da cidade de Meca para a cidade de Yatrib, após sofrer perseguições por pregar uma nova religião. Acontece no ano de 622 e marca o início do calendário muçulmano. A cidade passou a ser chamada de Medina (*Medinat al-nabi*), a cidade do Profeta. **O islã, os muçulmanos e seus conceitos – Vocabulário de conceitos para o estudo do islã e dos muçulmanos.** Jéssica Pereira da Costa – Universidade de Caxias do Sul.

vimos, e tendo Maomé como seu profeta, como já sabemos, ele se desenvolveu com base em outras religiões monoteístas. O próprio Alcorão, contém diversas passagens que “se confundem”, com passagens bíblicas e com trechos do Judaísmo. O povo Árabe, como *semitas*, inclusive se vê como descendentes de Abraão. Com base no texto bíblico abaixo:

Sara disse a Abraão: “Expulsa essa escrava e seu filho, pois o filho dessa escrava não será herdeiro com meu filho Isaac”. Isso desagradou sobremaneira a Abraão por causa de seu filho (Ismael). Mas Deus disse a Abraão: “Não te aflijas por causa do menino e da escrava. Faze tudo o que Sara te disser, porque é de Isaac que nascerá a posteridade que terá teu nome. Mas também do filho da escrava farei **um grande povo**, porque é tua descendência”. Tendo-se levantado bem cedo, Abraão tomou pão e um odre de água e os pôs aos ombros de Agar, entregou-lhe o menino e despediu-a. Deus esteve com o menino, o qual cresceu e habitou no deserto e se tornou um flecheiro” (Gen., 21,10-14.20).

Existe uma estima pelos textos bíblicos que destacam Abraão, e que este teve dois filhos. Tendo em vista que Isaac era o predileto de Abraão e de sua descendência nasceu Moisés, grande profeta do povo judeu, Ismael, filho rejeitado, será o patriarca dos árabes, entretanto, assim como Ismael era secundário no processo histórico, compreende-se que o povo árabe fosse rejeitado e subordinado a outras nações e aos impérios que dominavam a região. Entretanto, com Maomé, a história muda, e o povo árabe agora tem um profeta que recebeu de Alá a revelação especial de salvação religiosa, social, política e econômica.

A doutrina principal da nova religião se baseava na crença de um Deus único criador de tudo que existe no universo. Adão teria sido o primeiro homem criado e assim como na crença judaico-cristã, todos eram descendentes de Abraão. No entanto, ao contrário dos judeus, os árabes

descendiam de Ismael, o filho mais velho fruto de uma relação entre Abraão e sua escrava Agar. Os dois teriam sido mandados para o deserto, onde permaneceram em Meca, mas Abraão passara a realizar visitas freqüentes e a partir desse momento ele e Ismael teriam reconstruído a Caaba. Os muçumanos deveriam fazer suas preces voltados para Caaba, não para Jerusalém como antes e como faziam os judeus. (SANTOS, 2018, p. 5).

O Islã tem como fundamento de doutrina o Alcorão, mas, não apenas este. A *Sunnah*, um compêndio de textos produzidos por pessoas que viviam perto de Maomé e relatam parte de suas falas e ações. Há cinco pilares que todos os seus praticantes devem cumprir, sua prática

[...] se apoia em cinco pilares que direciona a vida do crente, o primeiro e o mais importante deles é o testemunho da fé, que consiste na consciência que *Allah* é o verdadeiro Deus e Muhammad seu último mensageiro, segundo orar cinco vezes durante o dia para fortalecer os laços com o criador, terceiro sempre auxiliar os menos favorecidos da sociedade como forma de purificar-se, quarto jejuar no mês de *Ramadã*, se privando de tudo que é material para que o espírito possa se elevar e quinto a peregrinação a Meca, conhecido como *Hajj*, uma vez na vida o fiel precisa visitar a cidade e prestar suas adorações a Allah. (IBRAHIM, 2008, p. 64 – 66 APUD; SANTOS, 2018, p. 5)

## 2.1 JIHAD

A definição da *Jihad* é complexa. O conceito deve ser definido dentro do contexto religioso, tendo em vista que ele contém algumas aplicações específicas que podem confundir ou desvirtuar nosso estudo. No contexto da religião, o termo Jihad, traduzido do árabe *jhd*, “quer dizer esforço, empenho. Para o historiador Albert Hourani, *jihad* estaria ligado ao caminho de Deus”. Ou seja, “a defesa da moralidade, a luta contra as tentações,



e a proibição do mal. Mas o jihad, como se evidencia não é um termo simples, ele possui múltiplos significados, e divisões” (SANTOS, 2018, p. 478).

Ainda inserido no contexto religioso, o qual nos interessa mais diretamente, a Jihad costuma ser dividida em dois significados. A saber, a jihad maior e a jihad menor. A maior seria mais ligada aos nossos pensamentos, ao nosso ego, em uma dimensão mais individual. Já a menor, estaria mais comprometida com a defesa da fé. Neste sentido,

O *jihad* menor, é a defesa da religião e da fé, o direito de exercê-la. E dentro dessa categoria, o último item é a luta, a guerra de fato, mas com a justificativa de legítima defesa caso o muçulmano se sinta ameaçado, desrespeitado. Partindo desse ponto, na visão de *Qutb*<sup>79</sup>, a relação entre oriente e ocidente chegou a um limite. O ocidente praticava a *jahiliya*, que o significado em árabe é ignorância, rebeldia, e que o jihad era para combater a essa ignorância e rebeldia praticada, *Qutb* considerava a *jahiliya* como a essência do mundo ocidental, e que essa essência influenciava de alguma forma. (SANTOS, 2018, p. 479)

Deste modo, as ideias acerca da jihad que percebemos praticadas em alguns grupos islâmicos podem ser aqui identificadas como uma expressão especial do entendimento da *jihad*, aplicado aos ambientes políticos, sociais e econômicos em sua reação com o Ocidente.

## 2.2 ORIGENS DOS CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO

Tratar das origens do conflito entre o Ocidente e o Oriente Médio pode nos levar a variáveis demais, portanto, devemos focar

---

79 O pensamento é colocado por SANTOS em citação direta: “Todo o nosso ambiente, as idéias e crenças, hábitos e arte, regras e leis, são *jahiliya*, chegando mesmo ao ponto de que o que consideramos cultura islâmica, fontes islâmicas, filosofia islâmica e pensamento islâmico – são também construções da *jahiliya*” (*Qutb*, 1964, p 8 APUD SANTOS, 2018, pp. 479).

em uma linha histórica para o surgimento dos conflitos. Esta linha histórica escolhida é o processo do desenvolvimento do movimento Sionista e o crescimento do antissemitismo na Europa. Evidente que estes conflitos envolvem questões políticas, econômicas, religiosas e geográficas.

Sabe-se que a região que hoje chamamos Palestina, localizada na costa oriental do Mediterrâneo e em fronteiras com Iraque, Arábia Saudita, Líbano, Faixa de Gaza e Cisjordânia, é considerada sagrada para as principais religiões monoteístas do mundo: cristianismo, islamismo e judaísmo. Apesar da forte presença árabe na região, muitos povos de origem Semita viviam na região, o que causava instabilidade. Após a queda do império otomano, na Primeira grande Guerra Mundial, o Reino Unido administrou a região, entretanto, ainda não se alcançava estabilidade política no local. Apenas após a Segunda Grande Guerra e depois do Holocausto, aumentou-se a necessidade do estabelecimento de um Estado para Israel. Isso ocorreu em 14 de maio de 1948, com a liderança da ONU. Entretanto, essa divisão territorial não agradou, especialmente, aos árabes, que se sentiram invadidos com a presença de judeus na região. Deste modo, uma série de fatores desencadeou os conflitos hoje conhecidos como árabe-israelenses.

Em uma sequência cronológica, temos, ainda em 1956, uma crise entre o Egito e Israel envolvendo o Canal de Suez. Entretanto, este conflito foi mediado pela ONU, consolidando a soberania do Egito no Canal. Em 1967, temos a Guerra dos Seis Dias, com uma forte vitória de Israel frente a liga árabe (Egito, Síria e Jordânia) dominando as regiões da Cisjordânia, as colinas de Golã e a península do Sinal do Egito. Em 1973, temos a Guerra do “Yom Kipur”, que levou Israel a enfrentar Egito e Síria, novamente. Sendo atacados inesperadamente no “dia do perdão”. Reagindo, rapidamente, Israel saiu vitorioso. Uma das consequências desta guerra foi a crise do petróleo. Países árabes integrante da OPEP, negaram-se a vender petróleo aos países que apoiavam Israel.

Evidente que temos, ainda durante toda a idade média, conflitos entre os Cristãos e os Muçumanos, com destaque para as Cruzadas, que tem seu início no século XI. Deste modo, é fundamental uma percepção inicial sobre o que foi este movimento e como ele repercute na mentalidade atual do Ocidente em sua relação com o Oriente Médio. Apesar de sabermos que havia um forte interesse econômico e político por



trás das cruzadas, o movimento maior era religioso. Segundo Cairns,

Deve-se ter em mente sempre que, apesar de os cruzados terem interesses econômicos ou políticos, o motivo primeiro das Cruzadas era religioso. Os turcos seljúcidas, que tinham expulsado os árabes, eram mais fanáticos e violentos do que aqueles a quem substituíram; eles perseguiram os peregrinos europeus que chegassem à palestina. Mais ainda: Aleixo, imperador de Constantinopla, solicitara ajuda dos cristãos da Europa ocidental contra esses invasores asiáticos mulçumanos que estavam ponto em risco a segurança de seu reino. Foi essa motivação religiosa que deu as Cruzadas o sentido de uma peregrinação em massa para a Palestina. O movimento de pessoas que nelas se verificou se compara em seu escopo as migrações bárbaras ocorridas no Império Romano pouco antes de sua queda. Estima-se que perto de um milhão de pessoas participaram de atividades ligadas à Primeira Cruzada. O movimento constituiu-se, ainda, numa tentativa de resolver o problema perene de quem devia controlar o Oriente Próximo, problema que tem sido uma preocupação constante na Europa. (CAIRNS, 2008, p.194-195)

Como consequências das Cruzadas, temos o crescimento do prestígio do Papa, o surgimento do sentimento nacional na Europa e o forte antagonismo entre Ocidente e Oriente. Ainda segundo Cairns,

Embora tenha fracassado na conquista da liberdade permanente de Jerusalém do controle dos mulçumanos, as Cruzadas trouxeram muitos benefícios para a Europa ocidental e a ajudaram a acabar com seu provincianismo cultural. A filosofia, a ciência e a literatura árabes chegaram à Europa ocidental e foram estudadas pelos escolásticos, que tentaram fazer uma síntese

entre esse saber e a revelação cristã (CAIRNS, 2008, pp 199)

Para o historiador Jacques Le Goff, a Europa feudal do século XI e XII, período do desenvolvimento do sentimento militar, carrega uma novidade que tem ligação com as Cruzadas.

A Europa feudal dos séculos XI e XII é também aquela em que, em ligação com a Cruzada, aparece uma novidade na ordem monástica. São as ordens militares, sendo que as principais foram a Ordem dos Templários, a Ordem dos Hospitalares de São João de Jerusalém, a ordem alemã de Santa Maria dos Teutônicos, a Ordem Inglesa de São Tomás e Acre e diversas ordens, na Península Ibérica, em ambiente espanhol e português. Estas ordens são feitas, especialmente, para lutar pelo gládio, a oração e a conversão, contra os infiéis e os pagãos. Representam uma importante anulação da regra segundo a qual os clérigos não devem derramar sangue. São Bernardo, cisterciense, pouco inclinado a gostar das novidades, louva, no entanto, os cavaleiros daquilo que ele chama a nova militia engajados na cruzada. Mas, estas ordens militares específicas substituirão, num clima geral de cristianismo, comportamentos militares. Embora não seja militar, a religião se torna, de maneira geral, militante. Assim aparece uma noção destinada a uma grande sorte, a do militarismo. (LE GOFF, 2007, pp. 194).

Neste sentido, é fundamental esclarecer este sentimento “militante” religioso, gerado nas cruzadas e perpetuado pelos vastos períodos históricos subsequentes, uma vez que a Idade Média é um contexto diferente da Idade Contemporânea - com suas características diplomáticas e dialogais, devemos discernir este sentimento. De uma forma ou de outra é notório, para o leitor, que a Idade Média carrega em si o puro sentimento da guerra, da expansão e da morte por motivos mais diversos – e talvez mais banais que os “motivos justificáveis” a nossa era. Entretanto, na contemporaneidade as relações diplomáticas, como dito,

promovem uma diminuição dos conflitos armados diretos, sem, obviamente, desconsiderá-los ou torna-los obsoletos. O que está em questão, aqui, é a certeza que os conflitos entre o Ocidente e o Oriente Médio foram alimentados por percepções religiosas, sentimentos de guerras promovidos pelas cruzadas – em ambos os lados – e disputas políticas e territoriais. O que nos cabe fazer, especificamente, é a reflexão sobre como a religião lida, ou deve lidar, com estes conflitos. Especialmente com o cristianismo lida e deve lidar com estes conflitos neste contexto da disputa entre o ocidente e o Oriente Médio, pois, repito, diversos fatores históricos explicam os conflitos que existem na região da palestina e os confrontos entre o Ocidente e o Oriente. Entretanto, parece ser salutar afirmar que um dos principais fatores que desencadeiam estes confrontos é a disputa territorial, ou seja, um fator político, alimentado pela cosmovisão religiosa, especialmente das grandes tradições monoteístas; cristianismo, islamismo e judaísmo.

### **3. O CRISTIANISMO E A GUERRA JUSTA: TRÊS VISÕES SOBRE A FÉ E A MORTE EM GUERRA.**

Durante vários períodos históricos os cristãos enfrentaram guerras. Se decidirmos fazer um resgate histórico de todos os grandes confrontos da história bíblica, por exemplo, teríamos um compendio enormes das guerras travadas. Nesse suposto estudo, poderíamos analisar os motivos políticos, religiosos e econômicos. Poderíamos ir mais fundo e analisarmos os processos proféticos de cada guerra, atribuindo a cada confronto o processo de revelação de Deus e como Deus esteve – ou não esteve – com seu povo em cada conflito, analisando a justiça contida e as consequências para o povo de Deus e para a população de uma maneira mais geral. Esse seria um excelente trabalho, mas, não é o nosso foco aqui. Neste ponto do capítulo, pretendemos analisar como o cristianismo se relaciona com a guerra, de uma maneira abrangente. Ou seja, o cristão pode matar? Esta é uma questão polêmica, pertinente e, de certa maneira, já muito bem resolvida; apesar das discordâncias existentes entre os principais trabalhos na área. Para todos os efeitos, usarei com base para a análise o trabalho de Norman L. Geisler, no livro clássico, *Ética cristã - opções e questões contemporâneas*. Usarei também algum suporte de C. S. Lewis, em

seu texto *Porque não sou um pacifista?* Publicado no livro *O peso da glória*.

### **3.1 ATIVISMO**

Há, como dito, três visões básica sobre a relação do cristianismo com a guerra. A primeira delas é o *ativismo*. Para o ativismo é correto participar de guerras. Segundo Geisler,

O ativismo sustenta que o cristão está devidamente obrigado a obedecer ao governo e a participar de todas as guerras para as quais for solicitado seu apoio. Seus defensores apresentam dois tipos de argumentos a favor de seu posicionamento. Trata-se de argumentos bíblicos e filosóficos (ou sociais) (GEISLER, 2010, p 262).

#### **3.1.1 O ARGUMENTO BÍBLICO**

Segundo este argumento<sup>80</sup>, o governo humano é ordenado por Deus, e existem passagens bíblicas que aprovam as guerras declaradas pelos governos, assim, os cidadãos, os governados, devem participar ativamente da guerra. O governo é de Deus e Deus é um Deus de ordem, e não de caos. Em Gênesis 9:6, lemos uma ordem expressa a Noé, afirmando: “Quem derramar sangue do homem, pelo homem seu sangue será derramado; porque à imagem de Deus foi o homem criado”. Já em 1 Coríntios 14:33, observamos: “Pois Deus não é Deus de desordem, mas de paz”.

As passagens bíblicas dos ativistas não se encerram aqui, temos ainda dois textos, um no Antigo Testamento e outro no Novo Testamento. Obviamente os textos não encerram a discussão, mas, são úteis para apresentar o ponto de vista dos ativistas.

“Mas, se houver danos graves, a pena será vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé,

---

80 Lembro ao leitor que os argumentos aqui representados são de Geisler, conforme citação.

queimadura por queimadura, ferida por ferida, contusão por contusão” (Êxodo 21:23-25).

Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas. Portanto, aquele que se rebela contra a autoridade está se colocando contra o que Deus instituiu, e aqueles que assim procedem trazem condenação sobre si mesmos. Pois os governantes não devem ser temidos, a não ser pelos que praticam o mal. Você quer viver livre do medo da autoridade? Pratique o bem, e ela o enaltecerá. Pois é serva de Deus para o seu bem. Mas se você praticar o mal, tenha medo, pois ela não porta a espada sem motivo. É serva de Deus, agente da justiça para punir quem pratica o mal. Portanto, é necessário que sejamos submissos às autoridades, não apenas por causa da possibilidade de uma punição, mas também por questão de consciência. É por isso também que vocês pagam imposto, pois as autoridades estão a serviço de Deus, sempre dedicadas a esse trabalho. Dêem a cada um o que lhe é devido: se imposto, imposto; se tributo, tributo; se temor, temor; se honra, honra” (Romanos, 13:1-7 NVI).

Desta forma, basicamente, teríamos justificativas para a afirmação de que uma paz promovida pela ordem estabelecida por Deus, inclusive pela justiça da lógica “olho por olho e dente por dente”.

### **3.1.2 ARGUMENTOS FILOSÓFICOS (SOCIAIS)**

Inserido nos argumentos filosóficos, ou sociais, temos uma base na filosofia grega, com, quase integral, participação de Platão e Sócrates. Neste argumento é notório o poder atribuído ao Estado, seguindo a linha da interpretação bíblica que garante que os cidadãos devem obedecer ao Estado. Para o argumento filosófico, o governo é o guardião do ser humano. Segundo Geisler,

Há também argumentos extrabíblicos, que são usados em defesa do ativismo. Um dos argumentos mais poderosos dessa posição procede de um dos diálogos de Platão, denominado Críton. Nesse diálogo, Platão nos oferece três razões explícitas ( e duas outras implícitas) por que uma pessoa não deve desobedecer a um governo, mesmo quando esse injustamente lhe retribui com a condenação à morte. A cena acontece na prisão onde Sócrates permaneceu aguardando sua morte por ter sido acusado de praticar impiedade. Ele foi sentenciado a tomar um cálice de veneno. Durante o diálogo, Críton, o jovem amigo de Sócrates, tenta convencer o filósofo a escapar e fugir da pena de morte. Na resposta de Sócrates, cinco razões são oferecidas a favor da obediência a um governo injusto, mesmo que isso represente a própria morte” (GEISLER, 2010, p. 265).

Segundo Geisler, como dito, este argumento filosófico com sabe em Sócrates tem cinco afirmações, a saber: A) *o governo é o pai dos seres humanos*: “Um indivíduo não deve desobedecer nem mesmo a um governo injusto”. ‘Primeiro, porque, ao desobedece-lo, ele está desobedecendo a seus pais’’. B) *O governo é o educador dos seres humanos*: “Segundo, porque o governo é o autor da educação’’. Segundo ele, é o próprio governo, através da educação, que faz o homem ser o que ele é. C) *Os governados têm o dever de obedecer ao governo*: “...a pessoa consente em ser governada, mediante compromisso de lealdade para com o governo, ao qual está unido através das leis”. D) *os governados são livres para abandonar seus governos*: É possível a negação da autoridade, mas, uma vez que se decide por ela, não se pode desobedecer. E) *Sem governo teríamos um caos social*: “Uma lei injusta é algo ruim, mas a ausência de lei é muito pior. Deve-se preferir mesmo a monarquia que a anarquia” (GEISLER, 2010, pp. 265-267). Assim são apresentados dos argumentos filosóficos dos ativistas. O poder do Estado acima de todos. A obediência ao Estado.

Conduto, há um problema fundamental na posição dos ativistas que os pacifistas são rápidos



em apontar: o fato de que em muitas guerras os dois lados reivindicam estarem certos. De modo geral, o que temos em uma situação de guerra é cada país declarando que a outra parte é a agressora. O inimigo está sempre errado, mas cada país é o “inimigo” para o outro. Nesse momento, o ativista total está obrigado a admitir que ambos os lados (ou países) envolvidos em uma guerra não podem estar sempre certos. No entanto, mesmo quando um país se envolve, de modo injusto, em uma guerra, seus cidadãos têm o dever de atender à convocação feita pelo exército. Essa é a atitude a ser tomada, pois, desobedecer ao governo, mesmo que este seja perverso, constitui-se em um mal maior do que obedecer à sua convocação para uma guerra injusta. (GEISLER, 2010, pp. 268)

## **3.2 PACIFISMO**

O pacifismo é, sem dúvida, a vertente mais conhecida dos cristãos sobre a guerra. Em uma ideia superficial, ele é a plena e integral negativa para qualquer guerra. Não se deve matar! Ponto final. Para o pacifismo nunca é correto guerrear. Os argumentos do pacifismo são especialmente voltados para a negação do ativismo total, mas, também promovem um diálogo acerca da guerra. Assim com o ativismo, são divididos em bíblicos e filosóficos.

### **3.2.1 ARGUMENTOS BÍBLICOS**

Fazer guerra, para os pacifistas, é sempre errado. Matar é sempre errado. Os dois textos bases que podemos apresentar aqui, são: Êxodo 20:13, “Não matarás” e Mateus 5:39, “Mas eu lhes digo: não resista ao perverso. Se alguém o ferir na face direita, ofereça-lhe também a outra”. Entretanto, obviamente, há outras passagens e argumentos.

Primeiro é fundamental compreender que as guerras no Antigo Testamento não foram comandadas pelo próprio Deus.

Essas passagens representam um estado de barbarismo da humanidade, no qual as guerras eram justificadas pela adição de sanções divinas. No entanto, uma vez que essa opção parece rejeitar, de forma clara, a autoridade do Antigo Testamento, ela não pode ser aceita como uma alternativa viável, pelos cristãos evangélicos. Outros pacifistas sugerem que essas guerras eram exclusivas. Nelas, Israel agia como um instrumento teocrático, nas mãos de Deus. Não eram, na verdade, guerras de Israel, mas sim guerras de Deus. Isso se torna evidente na manifestação dos milagres especial que Deus realizou para vencer tais guerras “(ver Js. 6;10; Sl. 44)”. (GEISLER, 2010, pp. 269).

Em segundo lugar, para os pacifistas, resistir ao malfazendo uso da força é errado. Essa premissa,

[...] declara que o mal nunca deve ser resistido com a força física, mas sim com a força espiritual do amor. Não foi o próprio Jesus que disse: “não resistais ao homem mau; mas a qualquer que te bater na face direita, oferece-lhe também a outra” (Mt 5.39)? Não foi também Cristo que ensinou, nessa mesma passagem, que: “se alguém te obrigar a caminhar mil passos, vai com ele dois mil” (v. 41)? O cristão não deve retaliar ou pagar o mal por mal, pois, a vingança pertence a Deus ( Dt 32.35). Paulo escreveu: “Amados, não vos vingueis a vós mesmos, mas dai lugar a ira de Deus [...] pelo contrário, se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber [...] não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem. (Rm 12.19-21).” (GEISLER, 2010, pp. 270).

### **3.2.2 ARGUMENTOS SOCIAIS**

Para os pacifistas também há argumentos filosóficos, ou sociais, para evitar a guerra. Segundo estes, existem maneiras melhores de resolver as disputas. O “rio de sangue” que corre

como consequência das guerras é imenso, além de fome, crueldade, pragas e morte (GEISLER, 2010, pp. 271).

Um dos principais argumentos é que a guerra é baseada no mal, que é representado pela ganância. “Platão observa: Nós não precisamos dizer, nesse momento, se a guerra produz o bem ou o mal, mas apenas que nós temos descoberto sua origem nos desejos que são a fonte mais poderosa de males...” (GEISLER, 2010, pp. 271). Este argumento está alicerçado em textos bíblicos, como o de Tiago 4:1, que afirma: “De onde vem as guerras e discórdias que há entre vós?”.

Outro ponto é a consequência, os resultados das guerras. Para Geisler, e ainda segundo os pacifistas,

Não há como mensurar o sofrimento, a dor e o horror da guerra. Uma das descrições mais intensas da guerra encontra-se no capítulo 6 do Apocalipse, na passagem em que João descreve: “Vi então um cavalo amarelo, e seu cavaleiro chamava-se Morte e o inferno o acompanhava. Foi-lhe dada autoridade sobre a quarta parte da terra, para matar à espada, pela fome, pela praga e pelos animais selvagens da terra. (GEISLER, 2010, pp. 272)

Por fim, temos a afirmação de que as guerras geram guerras. Sabemos que a Primeira guerra Mundial foi anunciada com a última guerra, ou uma guerra que traia o fim a todas as guerras. Entretanto, sabemos, também, que isso não ocorreu. “Normalmente, os subjugados levantam-se para retaliar seus opressores”. As guerras não têm fim, para os pacifistas elas geram mais desejo de vingança e, as guerras que seriam parciais, “se transformam em guerras plenas” (GEISLER, 2010, pp. 272).

Em resumo, os pacifistas argumentam que a guerra é tanto antibíblica quanto antissocial. É proibida por Deus sob a condenação da prática do assassinato. Além disso, a guerra tem se tornado algo cada vez mais repugnante para toda a raça humana. Esta começa a demonstrar sinais crescentes de fadiga diante da continuidade de práticas desumanas do ser humano contra o ser humano (GEISLER, 2010, pp. 270).

### **3.2.3 LEWIS E A INEFICIÊNCIA DA “JUSTIÇA UNIVERSAL” PACIFISTA**

Ainda acerca do pacifismo, é indispensável a abordagem de C. S. Lewis sobre o assunto. Discordando claramente dos pacifistas, o autor tem diversos argumentos. Inserimos aqui dois com o objetivo de contribuir na discussão.

Tratando da “certeza moral”, aquilo que temos tendo em vista decisões morais, o autor destaca que essa “certeza” não matemática, mas, trata-se de julgamentos fundamentais para lutar ou não lutar uma guerra, por exemplo.

O principal fato relevante é admitido por todas as partes é que a guerra pé muito desagradável. A maior contestação apresentada como fato pelos pacifistas seria que as guerras sempre fazem mais mal do que bem. Como seria possível saber se isso é verdade? Essa avaliação pertence a uma classe de generalizações históricas que envolvem uma comparação, entre a real consequência de algum evento real e uma consequência que poderia se esperar se esse evento não ocorresse [...] Como poderíamos decidir se o efeito total teria sido melhor ou piro se a Europa tivesse se submetido á Alemanha em 1914 (LEWIS, 2017, pp. 75-76).

Uma segunda questão colocada por C. S. Lewis é acerca do processo de raciocínio para compreender o bem que é feito ao ser humano nas guerras. Neste ponto, o autor questiona o processo de intuição do pacifista, ou não, em relação a ação que é tomada na guerra.

Você não pode fazer simplesmente <sup>81</sup>o bem simplesmente ao ser humano; você deve fazer este ou aquele bem a este ou aquele ser humano. E se você fizer este bem não poderá ao mesmo tempo fazer aquele; e se você o fizer a estes seres humanos não poderá fazer isso àqueles seres

---

81 no original as palavras “simplesmente”, “este”, “aquele”, “estes” e “àqueles” estão em itálico.

humanos. Desse modo, desde o início, a lei da beneficência envolve não fazer algum bem a algumas pessoas em certos momentos. Assim, isso se aplica, por exemplo, àquelas regras que pelo que me consta nunca fora, questionadas, de que deveríamos ajudar alguém a quem prometemos ajuda em lugar de ajudar outra pessoa, ou um benfeitor em lugar de alguém que não tenha qualquer exigência de nós, ou um compatriota mais que um estrangeiro, ou um parente em lugar de um mero compatriota (LEWIS, 2017, p. 77).

Neste sentido, percebe-se que a crítica de Lewis ao pacifismo se dá não pelo seu desdém ao movimento, mas, tendo em vista a sua incapacidade. Para ele, o pacifismo seria irrelevante, pois, não pode produzir resultados eficientes, isso porque se trata de uma tentativa ineficaz de “justiça universal” impossível. O trecho abaixo é indispensável para a compreensão total da visão de Lewis sobre o pacifismo.

Pode-se fazer a pergunta se existe outro tipo de esperança, uma vez que a esperança do pacifismo de abolir a guerra é fraca. A questão, porém, diz respeito a uma maneira de pensar que considero estranha. Consiste em presumir que as grandes e permanentes infelicidades na vida humana devam ser curáveis se pudermos achar a cura certa. Em seguida, prossegue por eliminação e conclui que aquilo que restou, ainda que dificilmente se prove como cura, deveria ainda assim resolver a questão. Daí explica-se o fanatismo de marxistas, freudianos, eugenistas, espiritualistas, douglasistas, unionistas federalistas, vegetarianos e todos o resto. Entretanto, não recebi nenhuma garantia de que qualquer coisa que pudermos fazer vá erradicar o sofrimento. Creio que os melhores resultados são obtidos por pessoas que trabalham de maneira discreta, com objetivos limitados, tais como a abolição do comércio de escravos, a reforma prisional, a melhoria nas condições de trabalho

ou o combate à tuberculose, não por aqueles que pensam que podem alcançar a justiça universal, a saúde ou a paz. Penso que a arte da vida consiste em lidar com cada um dos males imediatos da melhor maneira possível. Evitar ou adiar uma guerra específica através de articulações políticas modeladoras, tornar uma campanha específica mais curta por força ou habilidade, ou menos terrível pela misericórdia do vencedor em relação aos civis derrotados é mais útil do que as propostas de paz universal que já foram feitas, assim como o dentista que pode pôr fim à dor de dente merece mais da humanidade do que todas as pessoas que pensam ter algum esquema que produz uma raça perfeitamente saudável (LEWIS, 2017, pp. 80-81).

### **3.3 SELETIVISMO**

Como estamos desenvolvendo nosso pensamento, no seletivismo também trabalharemos com as bases bíblicas e sociais (chamadas por Geisler de bases Morais).

#### **3.3.1 ARGUMENTOS BÍBLICOS**

Em um primeiro momento temos a aprovação da morte por legítima defesa no Antigo testamento. Em Êxodo 22.2, lemos: “Se um ladrão for pego arrombando sua casa, e for ferido mortalmente, aquele que o feriu não será culpado de derramar sangue”. Há, também, Gênesis 9.6: “Quem derramar sangue do homem, terá o seu sangue derramado pelo homem, porque Deus fez o homem à sua imagem”.

Nas questões de guerra, ainda no Antigo Testamento, temos guerras divinamente ordenadas, com a batalha de Abraão com os reis do Vale de Sidim ( Gn 14). Para Geisler, este evento é importante, e merece destaque.

Essa guerra, divinamente sancionada, é um caso muito importante porque ocorreu antes de Israel se tornar uma teocracia (Êx. 19). Por esse motivo,



não se pode alegar que essa batalha é um caso especial de guerra teocrática, como a que Deus ordenou que Josué travasse com a finalidade de exterminar os residentes perversos de Canaã ( Js 10) (GEISLER, 2010, p. 281).

No Novo Testamento também existem passagens que, segundo Geisler, atestam que a espada é um meio divinamente apontado para a justiça humana. Segundo o autor, “Paulo escreveu aos romanos: “Mas, se fizeres o mal, teme, pois, não é sem razão que ela [a autoridade] traz a espada” (Rm 13.4)”. Ainda no Novo Testamento temos a aprovação de João Batista no papel dos militares quando se converteram. “Ele não lhes disse que deviam abandonar o exército, mas apenas que deviam ser bons soldados ( Lc 3.14)”. Há o reconhecimento de Jesus que Pilatos tinha autoridade conferida por Deus sobre sua vida. “Quando Pilatos diz a Jesus: “Não sabes que tenho autoridade tanto para te soltar como para te crucificar?”, ele respondeu: “Nenhuma autoridade terias sobre mim, se do alto não te fora dada” (Jo 19.10,11).” E, por fim, a demonstração do apóstolo Paulo em aceitar tanto o direito do governo de matar quanto a existência de militares. “Se, pois, fiz algum mal e tenho cometido algum crime digno de morte, não recuso morrer” (At 25.11). No entanto, quando sua vida foi ameaçada por judeus militantes, ele exigiu e conseguiu a proteção do exército romano por ser cidadão romano (At 23)” (GEISLER, 2010, pp. 281-282).

### *3.3.2 Argumentos morais*

Evidente que todos desejamos viver em um mundo que consideramos ideal. Um mundo ideal onde “nossas portas e trancas” não devem ser fechadas. Não é possível, pois, vivemos em um mundo perverso. O uso da força física é necessário para conter a atitude de pessoas perversas e para a preservação do inocente. “É um ato perverso não resistir ao perverso; é algo moralmente errado não defender o inocente”. É necessário, e moralmente pertinente, defender o inocente e garantir que o perverso não destrua a vida de outros sem justificativa. “Algumas vezes, apenas o uso da força física, associado ao ato de tirar vidas humanas, é suficiente para alcançar o objetivo. É muito comum, neste nosso mundo violento, reféns serem presos e todos os esforços de negociação fracassarem. Algumas vezes, apenas ações militares são a única forma de salvar vidas [...]” (GEISLER, 2010, pp. 282).

Permitir um homicídio quando um indivíduo poderia preveni-lo, é algo errado do ponto de vista moral. Permitir um estupro quando este poderia ter sido inibido é algo perverso. Observar um ato de crueldade praticado contra crianças sem tentar intervir é moralmente indesculpável. Em resumo, não resistir ao perverso é um pecado de omissão, e pecados de omissão podem ser tão perversos quanto os pecados de comissão. Na linguagem bíblica: “Portanto, aquele que sabe que deve fazer o bem e não o faz, comete pecado” (Tg 4.17). Qualquer homem que não protege sua própria esposa e filhos contra um intruso violento é moralmente réprobo. Do mesmo modo, qualquer país que pode defender seus cidadãos contra agressões perversos e não o faz é moralmente negligente (GEISLER, 2010, pp. 282).

### **3.4 A GUERRA JUSTA**

Essa afirmação de que é necessário guerrear em ocasiões especiais é o que nós compreendemos como Guerra Justa. Entre os extremos do ativismo, para o qual sempre é necessário obedecer ao governo e guerrear, e o pacifismo, para o qual não se deve guerrear jamais, o seletivismo sustenta que algumas vezes é correto ir às guerras. A questão que se coloca é: quando é necessário guerrear?

Para Geisler, deve-se guerrear quando a guerra é (A) “em defesa de inocentes”. “É justo lutar uma guerra em defesa de inocentes; a guerra contra uma agressão é uma guerra justa”. (B) “Guerras feitas no exercício da justiça”; neste caso é justo adotar ações militares, uma vez que o fim é a justiça. Obviamente quando se tem um crime. (C) “Uma guerra justa deve ser feita por um governo”; “Deus deu a espada aos governos, e não aos indivíduos (Rm 13.4)”. D) “Uma guerra justa deve ser feita com meios justos”. Não se pode, por exemplo, torturar ou obrigar prisioneiros a passar fome, pois, estes são atos moralmente errados. Para Geisler, em uma guerra justa, deve haver (E) “uma projeção sensata para a vitória”, empreender uma guerra sem projeção sensata de vitória é o equivalente a um suicídio em massa. Por fim, para uma guerra ser justa, é necessário (F) “combater apenas nos casos em

que tentativas não militares de estabelecer a paz fracassem”, ou seja, “Se possível, no que depender de vós, vivei em paz com todos os homens” (Rm 12.18).

Na guerra justa, se destaca, também, Santo Agostinho. Apesar de não tratar diretamente da guerra justa como tratamos hoje, em nossa contemporaneidade, Agostinho tem fragmentos textuais que possibilitam a construção do argumento. As obras em destaque, segundo Rodrigo Franklin de Souza (SOUSA, 2011, pp. 194-195), são *Contra Faustum*, as cartas 138 e 189 e o livro XIX de *Cidade de Deus*<sup>82</sup>. Para Agostinho, de maneira geral, o elemento central para a questão da fé cristã e a guerra é a autoridade. “Atos que poderiam ser considerados terríveis quando executados para satisfazer vontades pessoais arbitrarias tornam-se louváveis se decorrentes de um mandamento de Deus” (SOUSA, 2011, pp. 196). Estabelecer, portanto, a ordem e manter a paz justifica o exercício do monarca da vontade de Deus em promover a justiça e o bem. É necessário a obediência a Deus e sua justiça, sendo essa manifestada nos atos que promovam ordem, mesmo que isso se dê mediante a guerra.

Entretanto, vale destacar que a relação entre o entendimento contemporâneo que se tem sobre a guerra justa e a relação da guerra com o cristianismo para Agostinho não é simples. É pertinente considerar dois pontos fundamentais com citação extensa.

Em primeiro lugar, muitas questões pertinentes a discussões contemporâneas sobre a guerra jamais figuraram em seu horizonte simplesmente porque a forma sociopolítica de seu mundo era diferente, e, portanto, as próprias guerras eram percebidas diferentemente. Seu mundo não se encontrava dividido em nações, conforme compreendidas na modernidade... A guerra, conforme concebida por Agostinho, era travada entre aqueles dentro e fora do Império Romano, entre o cristianismo e o paganismo, entre conquistador e conquistado. Em segundo lugar, é possível notar uma mudança na atitude de Agostinho com relação à guerra. Embora jamais

---

82 Ainda, segundo o autor, para uma lista mais completa ver Swift (1983) (SOUSA, 2011, pp. 195).

tenha abandonado sua visão de que a guerra é um instrumento necessário para a preservação da ordem e da paz, seu envolvimento pessoal na complexa e violenta situação sociopolítica no norte da África, especialmente no que tange à coerção dos donatistas e a outros grupos sociais, levou-o a uma crescente sensibilidade aos males inerentes à guerra<sup>14</sup>. Ele se mantém consistente na afirmação de que as atitudes e disposições interiores são os fatores gerativos do mal nas guerras, mas, de sua atitude simplista à questão da perda da vida humana em *Contra Faustum*, ele passa a uma reflexão que genuinamente busca resolver o dilema do dever moral dos governantes e a necessidade do emprego da violência, seja esta justificada ou não. (SOUSA, 2011, p. 206).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, sem dúvida, não deseja encerrar o debate ou concluir o futuro da tensa relação entre o Ocidente e o Oriente Médio, especificamente envolvendo conflitos entre o cristianismo e o islamismo. O levantamento de processos históricos ainda é necessário para encontrar um caminho de paz entre ambos. Objetivou-se definir conceitos fundamentais inseridos nas duas grandes religiões mundiais para facilitar o entendimento do motivo gerados de conflitos. Conceitos como *Jihad* e guerra justa, por exemplo. Sabemos que o caminho ainda está sendo trilhado e a história ainda está sendo escrita. Fiquemos atentos aos desdobramentos diante de nossos olhos.

#### REFERÊNCIAS

CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da igreja cristã. Tradução Israel Belo de Azevedo, Valdemar Kroker. 3ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

GEISLER, Noman L. **Ética cristã**: opções e questões contemporâneas. Tradução Alexandros Meimaridis, Djair Dias Filho. 2ª ed. São Paulo: Vida Nova, 2010.

LEWIS, C. S. **O peso da glória**. Traduzido por Estevam Kirschner. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

SANTOS, Karolina dos. Jihad armada: Pensamento, desenvolvimento e prática. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 424-512, jul-dez/2018. III CONACIR

SOUSA, Rodrigo Franklin de. A legitimação da guerra no discurso ético e político de Santo Agostinho. Ciências da religião, **História e Sociedade**. v. 9, nº 1, 2011.